

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.307 - RJ (2019/0009479-9)**

AGRAVANTE : SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA  
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -  
SP128341  
ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844  
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - RJ173524  
AGRAVADO : COORDENADORIA EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO E  
DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON MACAÉ  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela sociedade empresária SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da seguinte ementa (fl. 21):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. PROCON. DECISÃO QUE DETERMINOU O DEPÓSITO DO VALOR INTEGRAL DA MULTA, VISANDO À SUSPENSÃO DE SUA EXIGIBILIDADE. AGRAVANTE QUE ALEGA QUE A DECISÃO DE PISO VIOLA O REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA. PLEITO DE DEFERIMENTO DA CONCESSÃO SEM A NECESSIDADE DO DEPÓSITO, OU MEDIANTE OFERECIMENTO DE SEGURO GARANTIA. IMPOSSIBILIDADE. NAS QUESTÕES QUE VERSAM SOBRE MULTA ADMINISTRATIVA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO SÓ PODE SE DAR MEDIANTE O DEPÓSITO INTEGRAL, EM JUÍZO, DO VALOR EM DISCUSSÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES DO ART. 38, DA LEI 6.830/80. INAPLICABILIDADE DO INCISO II DO ARTIGO 9º DA LEI 6.830/80. PRECEDENTES DO STJ E DO TJRJ. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 40-45).

Em suas razões recursais especiais SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda alega violação, pelo acórdão recorrido, do art. 300 do CPC de 2015, porquanto, em apertada síntese, do não cabimento da determinação de depósito do valor integral da multa administrativa para fins de suspensão de sua exigibilidade, tendo em vista a constatação dos elementos de cabimento da tutela de urgência, notadamente o perigo de dano irreparável com a possibilidade de inscrição da recorrente na dívida ativa, fato que impossibilitaria a obtenção de crédito necessário para o regular funcionamento da atividade econômica devido, principalmente, à repercussão negativa do fato.

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e

julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais relacionados à questão.

Não foram apresentadas contrarrazões e o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fls. 93-95), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade dos agravos, passo ao exame do recurso especial.

No que trata da alegada violação do art. 300 do CPC/2015, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, em análise de decisão interlocutória no âmbito de tutela antecipada, assim firmou entendimento (fls. 23-24):

[...]

Desta forma, a questão controvertida se resume ao cabimento, ou não, da exigência de depósito em garantia para a suspensão da exigibilidade da multa administrativa aplicada, até a decisão final a ser proferida na ação anulatória deflagrada pela parte ré.

Como se sabe, o STJ possui entendimento de que, mesmo se tratando de crédito não tributário, aplica-se o art. 151 do CTN: “de forma analógica, posto que, ainda que não se trate de crédito tributário, sua cobrança é feita segundo o rito previsto na Lei Federal n. 6.830/80. Aliás, ao efetuar o depósito judicial, a agravante o fez no escopo de obter a certidão prevista no art. 206 do Código Tributário Nacional, atestando a suspensão da exigibilidade do crédito não tributário” (AREsp 630.668 - PR).

Assim, a jurisprudência desta Corte tem aplicado de forma analógica o disposto no art. 151, II do CTN, que determina que o depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, uma vez que sua cobrança é realizada também pela Lei 6830/80.

E, a Lei 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, se aplica tanto à dívida ativa tributária, quanto à dívida ativa não tributária, *in verbis*:

[...]

Com relação à questão, é forçoso destacar que esta Corte tem firme o entendimento de que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou concede liminar ou antecipação de tutela, isto porque “é sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal” (AgRg no REsp 1159745/DF, Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11/05/2010, DJe 21/05/2010).

Incide, por analogia, o óbice sumular n. 735/STF.

Ademais, a questão também ensejaria o revolvimento do acervo fático dos autos, procedimento impossível na via estreita do recurso especial, ante o óbice do enunciado sumular n. 7/STJ.

Em destaque os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. TUTELA ANTECIPADA. REEXAME DOS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 DO STJ E 735 DO STF. INCIDÊNCIA.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão judicial, de forma coerente e adequada, externa fundamentação suficiente à conclusão do acórdão recorrido.

2. É firme a orientação jurisprudencial desta Corte acerca da impossibilidade de se rever em recurso especial a existência dos requisitos suficientes para a concessão de medida urgente, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ, bem assim da Súmula 735 do STF.

3. Esta Corte de Justiça admite a mitigação do referido enunciado, especificamente quando a própria medida importar em ofensa direta à lei federal que disciplina a tutela provisória (art. 300 do CPC/2015, correspondente ao art. 273 do CPC/1973), situação que não se vislumbra na espécie.

4. Agravo interno desprovido AgInt no AREsp 1027507 / SC, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 21/06/2018, DJe 07/08/2018).

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO. REQUISITOS. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. QUESTÃO DE MÉRITO PURAMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. No que diz respeito ao deferimento da tutela de urgência, o Tribunal de origem consignou que "o aluno se encontra apto a ingressar no 1º ano do ensino fundamental, não justificando sua permanência na educação infantil pelo limite etário".

2. A inversão do julgado necessita da análise dos requisitos previstos no art. 300 do CPC/2015, o que é inviável em Recurso Especial, por demandar o reexame da matéria fático-probatória, consoante o disposto na Súmula 7 do STJ. 3. A questão jurídica controvertida da tutela de urgência pleiteada é unicamente de direito e puramente constitucional, o que exige a atuação do Supremo Tribunal Federal, guardião, em recursos excepcionais, das normas constitucionais pátrias.

4. Recurso Especial não conhecido. REsp 1718501 / MG, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 03/04/2018, DJe 25/05/2018).

Nesse sentido, a incidência da Súmula n. 7/STJ também obstaculiza a análise do dissídio jurisprudencial suscitado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator

